



PARECER DA COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE

Processo nº 18.194/2025 — Projeto de Lei nº 626/2025

Autoria: Ver. Luciano Aparecido de Almeida

Ementa: “Institui o Programa Educativo ABC Diabetes na Rede Municipal de Ensino de Santana de Parnaíba e dá outras providências.”

I. Relatório

Trata-se de projeto que pretende instituir, na Rede Municipal de Ensino, programa educativo voltado à prevenção, informação e conscientização sobre diabetes, com ações permanentes no ambiente escolar. A matéria chegou a esta Comissão por encaminhamento em fase de “Comissões”, conforme despacho eletrônico de remessa às comissões permanentes, constando expressamente o envio da CCJR para a Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Turismo e Meio Ambiente, relativamente ao mesmo PL nº 626/2025.

Compõem os autos: (i) o **Parecer da Procuradoria Jurídica**, que aponta vício de iniciativa por tratar de organização administrativa e criar atribuições ao Executivo, além da ausência de estimativa de impacto (LRF, art. 16, I, e ADCT, art. 113); e (ii) o **Parecer da CCJR**, que acolhe esses fundamentos e opina pelo não prosseguimento.

É o relatório.

II. Fundamentação

1. Mérito setorial (Saúde e Educação)

No plano das políticas públicas, a proposta se alinha a diretrizes pedagógicas e de saúde escolar: educação em saúde, hábitos alimentares adequados, promoção de atividade física e informação preventiva são instrumentos reconhecidos de enfrentamento a doenças crônicas no ambiente educacional. A escola é espaço privilegiado para ações de sensibilização, formação de professores e orientação de famílias, e programas permanentes tendem a produzir resultados melhores do que intervenções pontuais. Em termos de finalidade pública, a instituição de um programa educativo sobre diabetes é adequada, necessária e proporcional aos objetivos de promoção de saúde e aprendizagem.

2. Aspectos jurídicos e regimentais (síntese)

Sem ingressar na competência técnica da CCJR, registra-se que o **Parecer da Procuradoria Jurídica** consignou ser matéria sujeita à iniciativa privativa do Chefe do Executivo quando cria atribuições ou impõe obrigações à Administração, citando jurisprudência sobre reserva de iniciativa, e também apontou a ausência de estimativa de impacto orçamentário (LRF, art. 16, I) e a exigência do ADCT, art. 113.



Na sequência, a **CCJR** expressamente concluiu que o projeto incorre em vício de iniciativa por tratar da organização administrativa ao criar novas atribuições e impor obrigações ao Executivo, opinando “pelo seu não prosseguimento”.

Destaca-se, ademais, que o próprio parecer da CCJR foi exarado “com base no artigo 77 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba”, o que reforça a competência daquela comissão para o exame de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Diante disso, embora o **mérito setorial** seja positivo — por fomentar educação em saúde na rede —, subsiste **óbice formal impeditivo** já reconhecido pelos órgãos competentes para o controle de admissibilidade (Procuradoria e CCJR).

III. Conclusão (Voto)

Considerando: (a) a pertinência temática da proposta no campo das políticas de **Saúde e Educação**; (b) o **Parecer da Procuradoria Jurídica** por vício de iniciativa e ausência de estimativa de impacto (LRF/ADCT); e (c) o **Parecer da CCJR** que **acompanha** tais fundamentos e **opina pelo não prosseguimento** do PL nº 626/2025, esta Comissão reconhece o **mérito setorial** da iniciativa, **mas acompanha a conclusão jurídica impeditiva, opinando pelo não prosseguimento da matéria**, por força dos vícios formais apontados.

Plenário Antônio Branco, 04 de dezembro de 2025.

GABRIEL SILVA OLIANI
PRESIDENTE

NELCI APARECIDA DE FREITAS SANTOS
VICE-PRESIDENTE

LEONICE FEDRIGO DUARTE DA SILVA
MEMBRO



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://sempapel.camarasantanadeparnaiba.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 32003800350036003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Gabriel Silva Oliani** em 04/12/2025 14:40

Checksum: **25009C3DC105359A9634A0E7BE17371B2BBFB89644785B2A405BB202B12A40C3**

Assinado eletronicamente por **Leonice Fedrigo Duarte da Silva** em 05/12/2025 09:02

Checksum: **D9D033965D991756C30998D2968490FDCC9E9AD762479119E1EDC2D95E89FAC9**

Assinado eletronicamente por **Nelci Aparecida de Freitas Santos** em 05/12/2025 13:15

Checksum: **FD1E61FFFF98B09ED0D7077C8C53C751AD6AAA897F2969E34E8245BAB254E76C**



Autenticar documento em <https://sempapel.camarasantanadeparnaiba.sp.gov.br/autenticidade> com o identificador 32003800350036003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.